



**Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista Superior II  
Auditor**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '11', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Redação**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Os anônimos**

*Na história de Branca de Neve, a rainha má consulta o seu espelho e pergunta se existe no reino uma beleza maior do que a sua. Os espelhos de castelo, nos contos de fada, são um pouco como certa imprensa brasileira, muitas vezes dividida entre as necessidades de bajular o poder e de refletir a realidade. O espelho tentou mudar de assunto, mas finalmente respondeu: "Existe". Seu nome: Branca de Neve.*

*A rainha má mandou chamar um lenhador e instruiu-o a levar Branca de Neve para a floresta, matá-la, desfazer-se do corpo e voltar para ganhar sua recompensa. Mas o lenhador poupou Branca de Neve. Toda a história depende da compaixão de um lenhador sobre o qual não se sabe nada. Seu nome e sua biografia não constam em nenhuma versão do conto. A rainha má é a rainha má, claramente um arquétipo, e os arquétipos não precisam de nome. O Príncipe Encantado, que aparecerá no fim da história, também não precisa. É um símbolo recorrente, talvez nem a Branca de Neve se dê ao trabalho de descobrir seu nome. Mas o personagem principal da história, sem o qual a história não existiria e os outros personagens não se tornariam famosos, não é símbolo de nada. Ele só entra na trama para fazer uma escolha, mas toda a narrativa fica em suspenso até que ele faça a escolha certa, pois se fizer a errada não tem história. O lenhador compadecido representa dois segundos de livre-arbítrio que podem desregular o mundo dos deuses e dos heróis. Por isso é desprezado como qualquer intruso e nem aparece nos créditos.*

*Muitas histórias mostram como são os figurantes anônimos que fazem a história, ou como, no fim, é a boa consciência que move o mundo. Mas uma das pessoas do grupo em que conversávamos sobre esses anônimos discordou dessa tese, e disse que a entrada do lenhador simbolizava um problema da humanidade, que é a dificuldade de conseguir empregados de confiança, que façam o que lhes for pedido.*

(Adaptado de Luiz Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**)

1. O autor do texto considera que, em muitas histórias, certos personagens anônimos
  - (A) revestem-se de um caráter eminentemente simbólico, ainda que secundário para o desenvolvimento da trama.
  - (B) representam a desordem do acaso, entendido este como o destino que os deuses escolhem para a história humana.
  - (C) equiparam-se a símbolos recorrentes, como o Príncipe, para melhor sublinharem o ensinamento de uma fábula.
  - (D) têm crucial relevância para a história, ainda que relegados à obscuridade de transitórios figurantes.
  - (E) tornam-se irrelevantes depois de seu desempenho, na sequência de eventos independentes de sua participação.
2. O autor do texto levanta a seguinte hipótese para justificar o modo pelo qual personagens como o lenhador são anônimos em muitas histórias: eles seriam vistos como responsáveis por
  - (A) uma escolha pessoal e independente, que não deixa de afrontar uma instância superior já estabelecida.
  - (B) atos de subversão e anarquia, dado que, para atender a vontade dos deuses, ignoram a dos homens.
  - (C) decisões éticas basicamente preocupadas em conciliar a justiça terrena e a vontade divina.
  - (D) uma escolha irracional, justificável pela precária condição cultural que os caracteriza.
  - (E) uma reação de tal modo imprevisível que impossibilita uma sequência lógica de eventos.
3. Deve-se deduzir do texto que a razão pela qual os arquétipos não precisam de nome é que
  - (A) seu papel, tal como o do lenhador, já está estabelecido pelo Destino.
  - (B) sua importância, como a do lenhador, é casual, servindo para acentuar o realismo da narrativa.
  - (C) sua significação, tal como a do Príncipe Encantado, já está estabelecida pela tradição das histórias.
  - (D) sua função, tal como a da imprensa, é oscilar entre a necessidade pública e o interesse privado.
  - (E) sua relevância, tal como a da rainha má, está em representar uma rápida indecisão.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um elemento do texto em:
  - (A) *dividida entre as necessidades* (1º parágrafo) = açodada pelos desejos.
  - (B) *de bajular o poder e de refletir a realidade* (1º parágrafo) = de cortejar a instância superior e obliterar o real.
  - (C) *Toda a história depende da compaixão* (2º parágrafo) = toda a narrativa suscita um compadecimento.
  - (D) *É um símbolo recorrente* (2º parágrafo) = simboliza uma reiteração.
  - (E) *só entra na trama para fazer uma escolha* (2º parágrafo) = não participa do enredo senão para assumir uma opção.



5. Para uma das pessoas do nosso grupo, a entrada do lenhador simbolizava a dificuldade de conseguir empregados obedientes.
- Refaz-se a redação da frase acima, mantendo-se a correção, a clareza e a coerência em:
- (A) Entendeu uma das pessoas do nosso grupo de que o ingresso do lenhador era para ilustrar a dificuldade dos serviços submissos.
- (B) A participação do lenhador, segundo alguém do nosso grupo, indicava o quanto é raro encontrar funcionários que acatem as ordens.
- (C) É a dificuldade de acesso a empregados leais que justifica a entrada em cena da figura do lenhador, conforme asseverou um de nós.
- (D) Manifestou-se uma pessoa do nosso grupo no sentido de esclarecer a entrada do lenhador, símbolo desses empregados difíceis de obedecer.
- (E) O lenhador entrou na história, conforme foi aventado entre nós, para se constituir um exemplo da dificuldade da insubmissão.
- 
6. As normas de concordância verbal estão plenamente contempladas na frase:
- (A) Sempre poderá ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.
- (B) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam efeitos decisivos para a trama.
- (C) Reservam-se a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.
- (D) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.
- (E) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.
- 
7. É preciso **corrigir** a má estruturação da seguinte frase:
- (A) O generoso lenhador praticamente não hesitou entre cumprir uma ordem cruel ou, num impulso de compaixão, desobedecê-la.
- (B) Embora sua escolha tendo sido decisiva para a trama, o anonimato do lenhador é intrigante, comparado a outros papéis.
- (C) É muito comum surgirem personagens arquetípicos nos contos de fadas, tais como os príncipes encantados ou as rainhas más.
- (D) A compaixão pode ser humildemente anônima, sugere o autor, ao passo que as qualidades dos poderosos surgem com um brilho ostensivo.
- (E) Caso fosse o lenhador um homem submisso, outra história seria narrada, em nada lembrando nossa conhecida "Branca de Neve".
- 
8. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) O Príncipe é um símbolo reincidente, a cujo nome pessoal talvez nem mesmo a Branca de Neve tenha conhecimento.
- (B) A necessidade de bajular o poder é um vício de que muita gente da imprensa não consegue se esquivar.
- (C) A trama com a qual o personagem anônimo participa jamais seria a mesma sem o seu concurso.
- (D) Em dois segundos o lenhador tomou uma decisão na qual decorreria toda a trama já conhecida de Branca de Neve.
- (E) Os figurantes anônimos muitas vezes são responsáveis por uma ação em que irão depender todas as demais.
- 
9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:
- (A) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes, de pequenas providências que, tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (B) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes, de pequenas providências que tomadas por figurantes, aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (C) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela dependem muitas vezes de pequenas providências, que, tomadas por figurantes aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (D) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (E) Os personagens principais de uma história, responsáveis, pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes, aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- 
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista**, a forma verbal obtida será:
- (A) pode ser obscurecido.
- (B) obscurecerá.
- (C) pode ter obscurecido.
- (D) pode ser obscurecida.
- (E) será obscurecida.



**Atenção:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### Uns e outros

*Trabalhar em grupo é uma operação tão prestigiada – na escola, no trabalho, no clube – que ninguém a discute. O que é um perigo: as verdades dadas como indiscutíveis costumam paralisar as iniciativas.*

*Num trabalho em equipe, valoriza-se tanto o sentido do coletivo que a importância do indivíduo pode acabar subestimada. Tal depreciação interfere na produção do grupo – o que nos leva à óbvia conclusão de que o sucesso de um trabalho em equipe supõe a satisfação individual. Reconhecer o rosto de cada membro num time de verdade não é ceder a algum nefasto individualismo: é saber reconhecer e identificar o valor de cada sujeito.*

*É comum ouvir-se a respeito de um jogo de vôlei, no qual o Brasil se destaca: “A seleção brasileira não está jogando bem porque está jogando sem alegria”. Há aqui uma grande verdade: faltando a cada um dos jogadores essa força subjetiva, da vontade alegre e determinada, o grupo todo se ressentido e joga mal. Não se trata de falta de técnica ou de tática, que costumam sobrar em nossa seleção de vôlei: trata-se do súbito arrefecimento daquela chama interior que, em qualquer atividade em grupo, promove a motivação do indivíduo à motivação do grupo, da qual resultará um reforço ainda maior para o desempenho individual.*

(Nestor Correa Lima, inédito)

11. O autor defende em seu texto uma tese central: nas atividades em grupo,

- (A) o que de fato importa é a sensação individual de que o trabalho esteja sendo bem conduzido.
- (B) a interação entre os indivíduos não depende da disposição de cada um, mas de todo o conjunto.
- (C) a força do trabalho coletivo é basicamente determinada pelo ânimo do empenho individual.
- (D) a falta de disposição do conjunto acaba acarretando o arrefecimento do empenho individual.
- (E) o valor maior de um trabalho coletivo está em absolutizar a importância do prazer individual.

12. Estão empregados com uma significação muito próxima, no contexto em que surgem:

- (A) *verdades indiscutíveis* e *iniciativas* (1<sup>o</sup> parágrafo).
- (B) *importância subestimada* e *depreciação* (2<sup>o</sup> parágrafo).
- (C) *satisfação individual* e *nefasto individualismo* (2<sup>o</sup> parágrafo).
- (D) *chama interior* e *súbito arrefecimento* (3<sup>o</sup> parágrafo).
- (E) *súbito arrefecimento* e *falta de técnica* (3<sup>o</sup> parágrafo).

13. Está clara e correta a seguinte redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Contra o lugar-comum da indiscutível vantagem do trabalho em grupo, o autor prefere discutir a específica importância do ânimo individual.
- (B) Sendo a favor do ânimo individual, o trabalho coletivo, segundo o autor, acaba dependendo tanto dele que não há mais como ignorar-lhe.
- (C) Ainda que muitos privilegiem o trabalho em grupo, não ocorre o mesmo com a importância do indivíduo, que tanto concorre para o sucesso coletivo.
- (D) O sucesso do grupo não está intrinsecamente alheio ao sucesso individual, ao contrário, este se traduz, em grande parte, no resultado daquele.
- (E) Não há porquê imaginar que a satisfação individual de um promova qualquer embaraço para o sentido do coletivo, dado que um sem o outro torna-se improdutivo.

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da seguinte frase:

- (A) Aos esforços de cada um dos indivíduos ..... (**competir**), muitas vezes, promover as conquistas de um grupo.
- (B) Não ..... (**cumprir**) aos membros de um grupo culpar-se individualmente pelo fracasso de um trabalho.
- (C) Sim, a união faz a força, mas a cada um dos indivíduos do grupo ..... (**cabem**) também contar com suas próprias forças.
- (D) Não se imagine que das renúncias pessoais dos indivíduos ..... (**dependem**) o sucesso de um grupo.
- (E) Os ganhos que se ..... (**obtem**) com o trabalho de um grupo traduzem o comprometimento de cada indivíduo.

15. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Não imaginou que prejudicaria o grupo se atender a uma necessidade que fosse inteiramente sua.
- (B) Caso a partida de vôlei terminasse naquele instante, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano restará prejudicado.
- (C) A menos que se promova alguma mudança na condução deste trabalho, nosso grupo estaria fadado a fracassar.
- (D) Ainda que surgissem dificuldades maiores do que as que o nosso grupo enfrentou, elas haveriam de ser transpostas.
- (E) Nenhum de nós teria enfrentado tantos dissabores pessoais, caso os líderes do grupo houvessem demonstrado maior generosidade.



### Legislação

16. Analise as seguintes assertivas atinentes à INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária:

- I. Tem sede e foro na Capital Federal.
- II. Trata-se de sociedade de economia mista.
- III. Para a realização de sua finalidade compete-lhe, dentre outras atribuições, superintender, apenas de forma técnica e operacional, as unidades da infraestrutura aeroportuária.
- IV. Tem por finalidade, dentre outras, explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

17. No que concerne às disposições sobre Direito Internacional Privado, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica, é correto afirmar:

- (A) Os direitos reais e os privilégios de ordem privada sobre aeronaves regem-se pela lei do país onde se encontrar a aeronave.
- (B) Os atos que, originados de aeronave, produzirem efeito no Brasil, regem-se por suas leis, salvo se iniciados no território estrangeiro.
- (C) As medidas assecuratórias de direito regulam-se pela lei do país da nacionalidade da aeronave, pouco importando onde esta se encontrar.
- (D) As avarias regulam-se pela lei brasileira quando a carga se destinar ao Brasil ou for transportada sob o regime de trânsito aduaneiro.
- (E) A assistência, o salvamento e o abalroamento regem-se pela lei da nacionalidade da aeronave.

18. Sobre os aeroportos, é correto afirmar:

- (A) Não compreendem áreas destinadas aos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos.
- (B) A União tem a propriedade de todos os imóveis em que se situam os aeroportos.
- (C) Constituem universalidades, equiparadas a bens públicos federais, enquanto mantida a sua destinação específica.
- (D) Municípios não poderão contribuir com bens para a construção de aeroportos.
- (E) Compreendem áreas destinadas ao comércio apropriado para aeroporto, sendo que a utilização de área aeroportuária para tal finalidade não está sujeita à prévia licitação.

19. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o edital de licitação indicará, obrigatoriamente, dentre outras disposições,

- (A) o critério de reajuste, que deverá retratar a variação potencial do custo de produção.
- (B) o objeto da licitação, em descrição detalhada e clara, vedada a descrição sucinta.
- (C) condições distintas de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais.
- (D) se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido.
- (E) limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão previstos em conjunto com as demais parcelas.

20. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, é certo que:

- (A) o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.
- (B) o processo administrativo não poderá iniciar-se de ofício, somente a pedido de interessados; no entanto, a condução do processo poderá ser feita de ofício pela Administração Pública.
- (C) é possível à Administração recusar, ainda que imotivadamente, o recebimento de documentos, porém, o servidor deve sempre orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- (D) em regra, quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, eles não poderão ser formulados em um único requerimento, devendo ser formulados separadamente, em nome de cada interessado.
- (E) não é legitimado como interessado, no processo administrativo, aquele que, sem ter iniciado o processo, tem interesse que possa ser afetado pela decisão a ser adotada.

21. NÃO é causa de impedimento, para atuar em processo administrativo, o servidor ou autoridade que

- (A) tenha participado como perito, testemunha ou representante.
- (B) tiver interesse indireto na matéria.
- (C) estiver litigando administrativamente com o interessado.
- (D) tiver interesse direto na matéria.
- (E) tiver amizade íntima com algum dos interessados.

22. De acordo com a Lei nº 11.182/2005, na estrutura básica da ANAC, a Diretoria atuará em regime de colegiado e será composta por um Diretor-Presidente, além de

- (A) cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente voto ordinário.
- (B) um Vice-Diretor-Presidente e cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (C) seis Diretores, que decidirão por maioria relativa, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (D) um Vice-Diretor-Presidente e quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (E) quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.



23. Considere as seguintes assertivas atinentes ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:
- I. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
  - II. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
  - III. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
  - IV. Os repetidos erros do servidor, seu descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

24. A respeito da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC, considere:

- I. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de prestação de serviços aéreos comerciais.
- II. A TFAC não recolhida no prazo e na forma estabelecida em regulamento será acrescida de multa de mora de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) caso o pagamento seja efetuado até o último dia do mês subsequente ao do seu vencimento.
- III. Os débitos de TFAC não poderão ser parcelados em razão da sua natureza tributária e de arrecadação tarifária.
- IV. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, os operadores de serviços aéreos privados, as exploradoras de infraestrutura aeroportuária e as agências de carga aérea.

De acordo com a Lei nº 11.182/2005, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

25. Em procedimentos licitatórios realizados na modalidade pregão, a Administração Pública **W** exigiu garantia de proposta e a Administração Pública **Z** impôs, como condição para participação no certame, a aquisição do edital pelos licitantes. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 10.520/2002,

- (A) ambas as Administrações praticaram condutas expressamente permitidas pela referida lei.
- (B) ambas as Administrações praticaram condutas vedadas pela referida lei.
- (C) somente a Administração **W** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (D) somente a Administração **Z** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (E) ambas as condutas são permitidas, mas necessitam de prévia aprovação do chefe do Poder Executivo licitante.

26. A Secretaria de Aviação Civil tem como estrutura básica:

- (A) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até cinco Secretarias.
- (B) o Gabinete e a Secretaria-Administrativa, apenas.
- (C) o Gabinete, a Secretaria-Administrativa e até duas Secretarias.
- (D) a Secretaria-Executiva, a Secretaria-Administrativa e a Secretaria-Gerencial, apenas.
- (E) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até três Secretarias.



27. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional,
- (A) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
  - (B) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
  - (C) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado obrigatoriamente de forma direta a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, com exceção de setores independentes.
  - (D) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado necessariamente de forma direta a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - (E) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, apenas.

28. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, com relação à composição da tripulação considere:

- I. A função não remunerada, a bordo de aeronave de serviço aéreo privado, só pode ser exercida por tripulantes habilitados de nacionalidade brasileira.
- II. No serviço aéreo internacional poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda 1/3 (um terço) dos comissários a bordo da mesma aeronave.
- III. A juízo da autoridade aeronáutica, poderão ser admitidos como tripulantes, em caráter provisório, instrutores estrangeiros, na falta de tripulantes brasileiros, devendo o contrato não exceder o prazo de três meses.
- IV. Na forma da regulamentação pertinente e de acordo com as exigências operacionais, a tripulação constituir-se-á de titulares de licença de voo e certificados de capacidade física e de habilitação técnica, que os credenciem ao exercício das respectivas funções.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29. No contrato de transporte aéreo de carga, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, em regra, ao chegar a carga ao lugar do destino, se o destinatário não for encontrado ou não retirar a carga no prazo constante do aviso, o transportador deverá
- (A) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de quinze dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
  - (B) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade civil.
  - (C) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa.
  - (D) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de trinta dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
  - (E) proceder novo aviso ao destinatário ou nova tentativa de localização, devendo devolver a carga após três tentativas comprovadamente frustradas.

30. Para a prestação de serviços aéreos não regulares de transporte de passageiro, carga ou mala postal, é necessária

- (A) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será transferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos improrrogáveis.
- (B) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos, renovável por igual prazo.
- (C) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.
- (D) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos improrrogáveis.
- (E) concessão do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No *Internet Explorer* 8, opções tais como: tamanho do texto, código-fonte, codificação e estilo são integrantes do menu
- (A) Ferramentas.
  - (B) Exibir.
  - (C) Arquivo.
  - (D) Editar.
  - (E) Opções da Internet.
- 
32. O *Advance Fee Fraud* ou a fraude da antecipação de pagamentos, como é o caso do golpe da Nigéria, é um tipo de golpe, entre outros, usado na Internet para comumente obter vantagens financeiras dos incautos, denominado
- (A) *bot*.
  - (B) *screenlogger*.
  - (C) vírus de macro.
  - (D) *scam*.
  - (E) *spyware*.
- 
33. Apresenta como característica a não alteração do conteúdo do computador no qual é executado, tanto da memória física quanto dos registros, porque é processado diretamente de um dispositivo que o contém, como um *pen drive*, por exemplo. Assim, após finalizado, o aplicativo não deixa *rastros* no computador que, entretanto, deve atender aos requisitos do programa, como memória RAM e velocidade do processador. Trata-se de
- (A) *software* caseiro.
  - (B) micro aplicativo.
  - (C) *software* portátil.
  - (D) porta executável.
  - (E) programa padrão.
- 
34. Um computador é constituído de um conjunto de periféricos. Para controlar cada um deles, o sistema operacional precisa de uma interface de *software* entre ele e o *hardware* que é o
- (A) *link*.
  - (B) *eprom*.
  - (C) *drive*.
  - (D) *setup*.
  - (E) *driver*.
- 
35. Na célula A1 de uma planilha *MS-Excel* 2007 foi digitado "43 + base" e, na célula A2, foi digitado "44 + base". Pela alça de preenchimento, A1 em conjunto com A2 foram arrastadas até A4 e, depois, as células de A1 até A4 foram arrastadas para a coluna B. Desta forma, após a operação completa de arrasto, a célula B3 apresentou o resultado:
- (A) 45 + base.
  - (B) 46 + base.
  - (C) 47 + base.
  - (D) 48 + base.
  - (E) 49 + base.





36. Ao conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame dá-se o nome de
- (A) papéis-espelho.
  - (B) registros de riscos de auditoria.
  - (C) papéis de trabalho.
  - (D) registros de planejamento de auditoria.
  - (E) quadro sinótico de auditoria.
- 
37. De acordo com as Normas Técnicas de Auditoria Independente, é princípio fundamental de ética profissional a
- (A) interação com o auditado.
  - (B) objetividade.
  - (C) parcialidade.
  - (D) integralidade.
  - (E) subjetividade.
- 
38. Nos termos do Decreto nº 3.591/2000, compete à Secretaria Federal de Controle Interno
- (A) propor ao Órgão Central a normatização dos procedimentos operacionais dos órgãos e das unidades integrantes do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo Federais e Judiciário.
  - (B) avaliar o desempenho das auditorias interna e externa das entidades da administração indireta federal.
  - (C) fiscalizar a execução dos programas de governo, salvo ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto à qualidade do gerenciamento.
  - (D) auxiliar o Órgão Central na aferição da adequação dos mecanismos de controle social e de sustentabilidade ambiental sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.
  - (E) apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos federais.
- 
39. A possibilidade de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante denomina-se
- (A) casualidade de distorção.
  - (B) incidente de relevância.
  - (C) erro *in loco*.
  - (D) risco de auditoria.
  - (E) fato externo.
- 
40. Determinar se um prédio de propriedade da Infraero foi adequadamente depreciado nos registros contábeis é um teste que pode ser feito na área de
- (A) imobilizado.
  - (B) caixa e bancos.
  - (C) investimento.
  - (D) estoque.
  - (E) seguros.
- 
41. Em relação às novas normas contábeis brasileiras de contabilidade, é correto afirmar:
- (A) O recebimento de prêmio na emissão de debêntures bem como de doações e subvenções para investimento devem ser contabilizados como reservas de capital.
  - (B) Os ajustes de avaliação patrimonial, previstos na Lei nº 11.638/2007, efetuados no valor de instrumentos financeiros, devem ser sempre registrados em conta de resultado.
  - (C) O Ativo Diferido foi extinto e, em consequência, todos os valores nele classificados devem ser baixados contra conta de resultado.
  - (D) O Ativo Realizável a Longo Prazo permanece na estrutura do Balanço Patrimonial, mas como subgrupo do Ativo Não Circulante.
  - (E) O grupo de Resultado de Exercícios Futuros foi extinto; portanto, o saldo de suas contas em 31-12-2007 deverá ser revertido para o resultado do exercício de 2008.



42. Considere as afirmações a seguir, relativas à Estrutura Conceitual da Contabilidade:

- I. As demonstrações contábeis preparadas pelo regime de competência informam aos usuários sobre as transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa ou outros recursos financeiros e sobre as obrigações de pagamento e recursos que serão recebidos no futuro.
- II. Para que o princípio da primazia da forma sobre a essência seja atendido, é necessário que as transações e eventos que afetam o patrimônio da entidade sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua forma legal e não de acordo com a substância e a realidade econômica dessas transações.
- III. Todo aumento do ativo ou diminuição do passivo que tenha como consequência um aumento do patrimônio líquido da entidade deve ser reconhecido como receita na sua Demonstração do Resultado do Exercício.
- IV. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade, e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

43. É correto afirmar:

- (A) Os impostos diferidos ativos e passivos, decorrentes de diferenças entre a base contábil e a base fiscal de componentes do patrimônio da entidade, não devem ser apresentados no Balanço Patrimonial, mas simplesmente informados em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- (B) O ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização na data da venda, mesmo que essa tenha sido efetuada a prazo.
- (C) A mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na qualidade de proprietários é chamada de resultado abrangente.
- (D) A entidade deve apresentar, na demonstração de resultado do exercício, o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante por ação.
- (E) Os ajustes e as republicações de correção de erros retrospectivos nas demonstrações contábeis de sociedades por ações são registrados tendo como contrapartida o saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

44. Uma empresa varejista de utilidades domésticas, organizada na forma de sociedade por ações, efetuou, na mesma data, várias vendas com prazo de recebimento de 30 dias no valor total de R\$ 1.264.725,00. Sabe-se que:

- I. O valor das vendas é relevante no balanço patrimonial da companhia.
- II. A taxa de juros ajustada para o risco da carteira de clientes é de 5% ao mês.

Em consequência, observando o disposto no Pronunciamento Técnico do CPC nº 12, a companhia deverá registrar, nessa data, em sua escrituração contábil, um ajuste a valor presente

- (A) negativo, no valor de R\$ 60.225,00.
- (B) positivo, no valor de R\$ 60.000,00.
- (C) de nenhum valor, porque esses ajustes somente são aplicados a operações de longo prazo.
- (D) negativo, no valor de R\$ 60.000,00.
- (E) positivo, no valor de R\$ 60.225,00.



45. São classificados no Ativo Intangível, de acordo com as atuais Normas de Contabilidade,
- (A) as despesas pré-operacionais.
  - (B) os gastos com pesquisa de novos produtos.
  - (C) os gastos com reorganização societária.
  - (D) os empréstimos concedidos a sociedades coligadas.
  - (E) as marcas e patentes adquiridas de terceiros.
- 
46. É correto afirmar:
- (A) Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.
  - (B) Arrendamento mercantil operacional é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.
  - (C) Uma transação de venda e *leaseback* é aquela em que ocorre a venda de um ativo e o concomitante arrendamento mercantil do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.
  - (D) Investimento bruto no arrendamento mercantil é a soma dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pelo arrendador segundo um arrendamento mercantil operacional.
  - (E) O arrendamento mercantil que transfere contratualmente a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo estabelecido deve ser contabilizado como um arrendamento mercantil operacional.
- 
47. A Cia. ABC possui um grupo de ativos, componentes de uma unidade geradora de caixa, cujo valor contábil está demonstrado a seguir:
- |                           |                         |
|---------------------------|-------------------------|
| Valor de aquisição        | R\$ 970.000,00          |
| (-) Depreciação Acumulada | <u>(R\$ 540.000,00)</u> |
| (=) Valor contábil        | R\$ 430.000,00          |
- Procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor do grupo de ativos, foram obtidas as seguintes estimativas:
- |                                 |                |
|---------------------------------|----------------|
| Valor em Uso do grupo de ativos | R\$ 418.500,00 |
| Valor Justo do grupo de ativos  | R\$ 421.700,00 |
- Em consequência, a companhia deverá registrar em sua contabilidade uma perda de ativos no valor de, em R\$,
- (A) 9.400,00.
  - (B) 11.500,00.
  - (C) 0,00.
  - (D) 8.300,00.
  - (E) 10.600,00.
- 
48. Uma companhia brasileira abriu uma filial no exterior com um investimento de 400.000 dólares americanos. No final do exercício, houve desvalorização do dólar americano em relação ao real, ocasionando uma mudança no valor do investimento em reais. Essa diferença deverá ser contabilizada na companhia, de acordo com as atuais normas de contabilidade vigentes no Brasil, como
- (A) variação monetária ativa que comporá o resultado do exercício.
  - (B) variação monetária passiva que comporá o resultado do exercício.
  - (C) resultado negativo na avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial.
  - (D) resultado positivo pelo método da equivalência patrimonial.
  - (E) ajuste positivo de conversão cambial registrado diretamente no patrimônio líquido.



49. O Pronunciamento Técnico CPC nº 3, que trata da elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, encoraja fortemente as entidades a classificar os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxo de caixa das atividades
- (A) operacionais e de financiamento, respectivamente.
  - (B) de financiamento.
  - (C) de investimento.
  - (D) de financiamento e de investimento, respectivamente.
  - (E) operacionais.

50. Dados extraídos do setor de contabilidade de custos da Cia. Industrial Pessegueiro, relativos ao ano-calendário de 2010, em \$:

Mão de Obra Direta .....	120.000,00
Estoques Iniciais	
Material Direto.....	150.000,00
Produtos em Elaboração.....	110.000,00
Produtos Acabados.....	260.000,00
Estoques Finais	
Material Direto.....	130.000,00
Produtos em Elaboração.....	140.000,00
Produtos Acabados.....	210.000,00
Custos Indiretos de Fabricação .....	270.000,00
Aquisição de Material Direto .....	220.000,00

O custo dos produtos vendidos pela companhia nesse período foi, em \$,

- (A) 650.000,00
  - (B) 630.000,00
  - (C) 680.000,00
  - (D) 700.000,00
  - (E) 600.000,00
51. A Cia. Miosótis optou pela tributação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas com base no lucro real trimestral no ano-calendário de 2010. No trimestre encerrado em 31-12-2010, foram extraídas as seguintes informações de sua escrituração contábil, em R\$:
- |   |              |
|---|--------------|
| Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda .....        | 1.400.000,00 |
| Resultado negativo da equivalência patrimonial .....              | 100.000,00   |
| Receita de dividendos de investimentos avaliados pelo custo ..... | 40.000,00    |
| CSLL apurada no trimestre com base no resultado ajustado .....    | 120.000,00   |
| Constituição de provisões indedutíveis.....                       | 20.000,00    |
| Prejuízo fiscal de períodos de apuração anteriores.....           | 220.000,00   |
- Com base nessas informações, o lucro real apurado pela companhia correspondente a esse trimestre foi, em R\$,
- (A) 1.400.000,00
  - (B) 1.300.000,00
  - (C) 1.334.000,00
  - (D) 1.180.000,00
  - (E) 1.380.000,00



52. Um investidor aplicou metade de seu capital a juros simples, durante 14 meses, a uma taxa de 10,20% ao ano. O restante do capital, ele aplicou a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. Se a soma dos montantes destas aplicações foi igual a R\$ 177.720,00, então o valor dos juros da primeira aplicação superou o valor dos juros da segunda em
- (A) R\$ 1.600,00
- (B) R\$ 1.320,00
- (C) R\$ 1.260,00
- (D) R\$ 1.200,00
- (E) R\$ 1.160,00
- 
53. Dois títulos de valores nominais iguais são descontados em um banco. O primeiro título foi descontado 3 meses antes de seu vencimento, conforme uma operação de desconto comercial simples a uma taxa de desconto de 3% ao mês, apresentando um valor atual igual a R\$ 24.024,00. O segundo título foi descontado 4 meses antes de seu vencimento, conforme uma operação de desconto racional simples a uma taxa de 2,5% ao mês. O valor do desconto do segundo título foi igual a
- (A) R\$ 2.720,00
- (B) R\$ 2.680,00
- (C) R\$ 2.640,00
- (D) R\$ 2.400,00
- (E) R\$ 2.376,00
- 
54. Considere os dados de uma determinada aplicação em uma instituição financeira:
- Valor do principal: R\$ 20.000,00  
Período de aplicação: um ano  
Valor do montante no final do período de aplicação: R\$ 21.924,00  
Taxa real de juros da aplicação no período de aplicação: 5%
- A taxa de inflação no período da aplicação foi igual a
- (A) 5,22%
- (B) 4,62%
- (C) 4,40%
- (D) 4,00%
- (E) 3,96%
- 
55. A responsabilidade civil da Administração por danos causados por seus agentes, nessa qualidade, a terceiros
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente.
- (B) é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
- (C) não se aplica às entidades de direito privado prestadoras de serviço público.
- (D) assegura direito de regresso contra o agente público, sempre que a Administração seja condenada judicialmente.
- (E) é de natureza objetiva, o que significa que não admite causas excludentes ou atenuantes.



56. A Administração federal pretende implantar um centro médico de referência e, para tanto, cogita contratar empresa privada para sua construção e operação. A modalidade mais adequada para essa contratação é
- (A) Parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, com o pagamento de contraprestação pecuniária a cargo do poder público.
  - (B) Parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, tendo o poder público como usuário indireto.
  - (C) Concessão comum, transferindo ao concessionário contratado a exploração do empreendimento, desde que reservada parcela dos serviços destinados ao Sistema Único de Saúde.
  - (D) Empreitada integral, abrangendo as obras e a operação do empreendimento, com remuneração atrelada aos custos unitários.
  - (E) Parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, tendo o poder público como usuário direto e admitindo empresas privadas como usuárias indiretas.
- 
57. A caducidade, uma das formas de extinção do contrato de concessão de serviços públicos,
- (A) poderá ser decretada, mediante prévia indenização, quando o poder concedente decidir retomar o serviço por razões de interesse público.
  - (B) ocorre, obrigatoriamente, com o advento do termo contratual, exceto nas hipóteses legais em que o contrato seja passível de prorrogação.
  - (C) constitui sanção aplicável para os descumprimentos reiterados de obrigações contratuais e má prestação dos serviços, dependendo, contudo, de decisão judicial.
  - (D) poderá ser decretada judicialmente, a pedido do poder concedente, na hipótese de superveniência de razões de interesse público que recomendem a retomada dos serviços.
  - (E) poderá ser decretada pelo poder concedente, quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- 
58. Segundo a Constituição Federal Brasileira, o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas. Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa,
- (A) far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.
  - (B) far-se-á convocação extraordinária, no prazo legal de quarenta e oito horas.
  - (C) o decreto será apreciado pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) o decreto será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça com parecer obrigatório do Procurador Geral da República.
  - (E) o decreto será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça com parecer facultativo do Procurador Geral da República.
- 
59. Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios é competência
- (A) exclusiva da Assembleia Legislativa.
  - (B) exclusiva da Câmara dos Deputados.
  - (C) privativa do Congresso Nacional.
  - (D) privativa do Senado Federal.
  - (E) comum do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa.
- 
60. De acordo com a Constituição Federal Brasileira, em regra, processar e julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns os Ministros do Tribunal de Contas da União são competências do
- (A) Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
  - (B) Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) Supremo Tribunal Federal.
  - (D) Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
  - (E) Congresso Nacional.

**REDAÇÃO**

**Instruções:** A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela banca examinadora.

Na Prova de Redação deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A especialização é uma tendência que parece cada vez mais irresistível, principalmente por conta da insuperável profundidade que pode ser atingida pelo especialista em seu campo específico de conhecimento. Contudo, a esse aprofundamento em determinada área costuma corresponder, nos casos mais extremos, a ignorância de outros especialistas em outras áreas, ainda que muitas vezes bastante próximas dela. O risco é tornar-se cada vez mais difícil um olhar mais abrangente e uma compreensão mais ampla dos problemas que surgem.

A partir das reflexões acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se em relação ao seguinte tema:

**A abertura do foco para além do campo de visão do especialista**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	